



COLÉGIO CATARINENSE 1905-2004

99 ANOS – RUMO AO CENTENÁRIO

Rua Esteves Júnior, 711
88015-530 – Florianópolis – SC
Fone: (48) 251-1500
www.colegiocatarinense.g12.br

Diante do contraste entre pobreza e abundância na sociedade atual, a fome é apenas a ponta do iceberg da desigualdade social e da concentração de riquezas e rendas. Essa realidade provoca questionamentos à fé bíblica e eclesial, exigindo uma releitura das nossas posições e concepções. Há que haver maior coerência entre a celebração do Pão eucarístico e o compromisso com o fim da injustiça geradora da fome na vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

A Eucaristia e a fome

*Luiz José Dietrich**

* O autor é Doutor em Teologia Bíblica e professor de Exegese Bíblica, no ITESC.



O contraste entre a pobreza e a abundância é uma das realidades mais pungentes de nossa época. Por um lado, metade da população do mundo vive na miséria, passando fome, e dia a dia aumenta o número de pessoas nesta situação. De outro lado, um quarto da população humana vive numa abundância nunca vista e seu padrão de consumo aumenta a cada dia. Esta situação também é vista no Brasil e na América Latina, que é a região mais desigual do mundo.

O mesmo Brasil, onde o número de pessoas que passam fome varia entre 50 milhões, conforme a Fundação Getúlio Vargas, e 25 milhões, segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), onde o Programa Fome Zero busca saciar a fome de 44 milhões de pessoas, é também o quarto maior produtor de alimentos do mundo. É o maior exportador de laranja, cana de açúcar e café, e é o segundo maior exportador de soja, carne de frango e carne de porco. Apesar de toda esta abundância, uma em cada quatro pessoas que vivem no nosso país passam fome.

Neste sentido é muito bom que o atual governo tenha como meta principal acabar com a fome em nosso país. Louvável também, neste caso, o Mutirão Nacional para a Superação da Miséria e da Fome, lançado pela CNBB, bem como todas as diversas atividades das igrejas, organizações da sociedade civil e das empresas que estão engajando-se de forma solidária e crítica neste que de fato deve ser um grande mutirão.

No entanto, a fome é somente a ponta mais visível do grande *iceberg* da desigualdade social e da concentração de riquezas e rendas. “O mais novo mapa da exclusão social na Brasil revela uma concentração de riquezas maior do que se supunha até agora. O estudo *Os ricos no Brasil*, o terceiro de uma série sobre o tema, levou um ano para ficar pronto, envolveu 16 especialistas e foi organizado pelo economista Marcio Pochmann, secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. A pesquisa traz dados aterradores ao considerar, além da renda das famílias mais ricas do País – auferida pela participação no PIB-, o patrimônio acumulado ao longo do tempo, ou seja, o seu estoque de dinheiro representado por bens tais como imóveis, títulos públicos e ações. A renda dos 10% mais ricos corresponde a 45,3% do PIB brasileiro. Mas, quando se incluem no cálculo dados sobre o patrimônio, a concentração salta aos olhos: chega a nada mais do que 75,4% da riqueza total brasileira.”¹ O estudo segue revelando que esses

¹ Amália SAFATLE, “O topo da pirâmide”, em *Carta Capital*, 7/04/04, p.42-46. A esse respeito ver também o volume um e o volume dois do *Atlas da exclusão social no Brasil*, organizado por Marcio POCHMANN e Ricardo AMORIM, e publicado pela Cortez Editora, São Paulo, 2003



grupos encontram-se nas capitais das unidades da federação, encravados em bairros nobres, e principalmente em São Paulo, onde a pujança das indústrias foi substituída pela dos bancos. Nessa cidade, a meca da ciranda financeira, a renda média mensal das 76.738 famílias mais ricas é de R\$ 36,6 mil, mais que o dobro da média dos 1% mais ricos do Brasil, que é de R\$ 14,6 mil. Ali também se encontra a maior frota urbana de helicópteros do mundo e a maior frota de automóveis da marca Ferrari, sendo que uma Ferrari Maranello é importada por 480.000 dólares (quase um milhão e meio de reais), o que seria suficiente para financiar um ano de Bolsa-Família pra 2.400 famílias brasileiras.

Sempre citando a mesma fonte, o artigo diz que “há ainda uma lógica perversa que alimenta essa situação. De 1987 a 1996, os gastos das famílias mais ricas que cresceram foram suas aplicações no mercado financeiro, aquisição de imóveis e outros investimentos. As famílias ricas destinam 23,1% (dados de 1996), ou quase um quarto de sua renda, aos investimentos. Com isso garantem a perpetuação de sua riqueza, ou em outras palavras, a manutenção das coisas como estão. Mas na visão dos pesquisadores o problema é ainda maior. Ao pagar os polpudos juros dos títulos da dívida pública vendidos a esses investidores abonados, o governo impõe apertadíssimas metas de *superávit* primário que comprometem a capacidade de investimento na chamada economia real, o que gera desemprego e penaliza, principalmente, as classes menos favorecidas. ‘Trata-se de uma transferência de dinheiro dos menos ricos para os mais bem situados na pirâmide social’, afirmam os autores.”²

Mas quero usar essa situação e também a luta pela erradicação da fome e da miséria como um gancho para propor uma reflexão em outra direção. Que exponho a seguir. Esta realidade de desigualdade, e principalmente a existência da fome, a existência de famintos, deve ser motivo de profundo questionamento para nós que professamos a fé bíblica e para nossas igrejas. Deve nos levar a uma séria revisão do cristianismo que foi implantado nesta região. Assim como a consciência da opressão na América Latina, principalmente vivida sob as ditaduras militares, propiciou um rico momento de florescimento teológico, espiritual e eclesial, condensado basicamente na Leitura Popular da Bíblia, na Teologia da Libertação, e na proposta das Comunidades Eclesiais de Base, a experiência das profundas desigualdades sociais estabelecidas em nossa sociedade, das quais a miséria e a fome são atualmente os indicadores

² Ibidem.



mais dramáticos, pode ser também um momento de fazer uma “releitura” de nosso cristianismo, nossas espiritualidades e os nossos jeitos de ser igreja.

Pois precisamos compreender que grande parte das práticas cristãs aqui instauradas tem sido indiferentes, quando não cúmplices, com relação aos mecanismos que promovem esta desigualdade e injustiça social. Devemos nos perguntar seriamente como é possível que um país, ou mesmo um continente, onde haja tantas instituições e tantas pessoas freqüentando os rituais eucarísticos e os sacramentos cristãos possa ostentar indicadores sociais tão iníquos? Que cristianismo é esse que durante 500 anos quase sempre foi insensível ou apático numa realidade de fome e da miséria, causada por injustos processos de distribuição de renda e por acumulação fraudulenta do fruto do trabalho alheio e dos recursos públicos? Esta situação não é uma afronta aos olhos de Jesus Cristo? Não ficaria ele indignado com tudo isto? Tanta gente passando fome ao lado, em meio a tantas igrejas, cruzeiros, bíblias, tantos cultos, missas, eucaristias cristãs, não é revelador de uma grande incoerência em nosso cristianismo? Não revela cruamente a grande distância que existe entre a nossa prática religiosa e a vida cotidiana da nossa gente?

Por isso penso que deveríamos aproveitar esta ocasião não só para rever a história e o nosso modelo de sociedade, mas também de reler todo o nosso cristianismo. Ou seja, a questão da fome é também um desafio às igrejas, que além de conter elementos éticos e de renovação para a missão e a vida eclesial, pode nos ajudar a resgatar os valores fundantes, valores que estiveram presentes na fundação do cristianismo, valores que deram origem ao cristianismo. Pode ser para nós mais uma oportunidade para a refundação do cristianismo, da refundação da Igreja em nosso continente. Estas grandes injustiças sociais, revelam que ainda persistem hoje muitas raízes do cristianismo que chegou aqui, fortemente nutrido pela oposição entre sagrado e profano, igreja e mundo, fé e vida, que com posições dúbias e com pouquíssimas exceções, quase sempre manteve-se ao lado dos que só vieram para conquistar, escravizar, saquear e explorar. Pois novamente, na luta pela erradicação da fome e das injustiças que a produzem, temos a oportunidade de resgatar um cristianismo mais coerente com a proposta de Jesus, uma fé mais libertadora, e uma vida eclesial mais comprometida com a construção do reino, “em que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

No tempo de Jesus existiam muitos miseráveis e famintos. São presença constante nos evangelhos (Mt 5,6; 25,34-45; Lc 6,21). A atuação



de Jesus entre camponeses, pescadores, artesãos, geralmente a gente pobre, ameaçados por dívidas e perda da terra, gente empobrecida por tributos e dízimos, na Galiléia, visava fortalecer os laços comunitários e aliviar os efeitos da pobreza, da fome, das dívidas e das doenças. “O movimento de Jesus procura revitalizar a vida social nos povoados e aldeias.”³

A temática da fome e da partilha do alimento, também ocupa lugar central no evangelho de Marcos (Mc 6,14 - 8,21), onde “o fio que costura os vários episódios é o *alimento*, o *pão*.”⁴

Isto tem a ver com a situação das pessoas com as quais Jesus iniciou a sua atuação. Seu contexto, como dissemos acima, também foi marcado por gente faminta e miserável. E a prática de partilhar o pão com os pobres, indigentes e famintos, “que estavam como ovelhas sem pastor” (Mc 6,34; Mt 9,36), certamente foi instituída por Jesus desde suas primeiras atividades (Lc 1,53; 6,21; Mt 5,6). Provavelmente o gesto de sentar-se com seguidoras e seguidores, com gente considerada impura e pecadora e com eles partilhar os alimentos, foi um gesto muito freqüente na vida de Jesus. Era sua maneira de anunciar o Reino de Deus concretamente para os pobres e excluídos de seu tempo. Tanto que seus adversários podiam referir-se a ele como “comilão e beberrão, amigo de publicanos e pecadores” (Lc 7,34; 15,2; Mt 11,19). A partilha do pão era tão significativa e tão característica de Jesus que permitiu aos discípulos e discípulas reconhecerem nela a presença de Jesus ressuscitado (Lc 24,30-31), e a ceia, com o pão e o vinho, tornou-se o principal sacramento da presença e da memória de Jesus (Mc 14,22-24; Mt 26,26-28; Lc 22,17-20; Jo 13,1-4; 1Cor 11,23-25).

Assim, a presença do tema do pão e do alimento na parte central do evangelho de Marcos também reflete “a situação concreta das comunidades cristãs dos anos 70, espalhadas pelo imenso império romano.”⁵ Foi principalmente nas periferias das grandes cidades do império romano que o cristianismo cresceu numericamente e desenvolveu suas características próprias. E neste ambiente a ceia foi fundamental.

³ Pablo RICHARD, “As diversas origens do cristianismo. Uma visão de conjunto (30-70 d.C.), em: *Cristianismos originários*, RIBLA- Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana, número 22, Editora Vozes/Editora Sinodal, Petrópolis/São Leopoldo, 1996, p.15.

⁴ Carlos MESTERS e Mercedes LOPES, *Caminhando com Jesus – Círculos Bíblicos do Evangelho de Marcos*, CEBI- Centro de Estudos Bíblicos/Paulus, São Leopoldo/São Paulo, 2003, p.133.

⁵ Carlos MESTERS e Mercedes LOPES, *Caminhando com Jesus*, p.133.



No entanto, aqui devemos lembrar que a “ceia” a que estamos nos referindo era bem diferente disto que é para nós hoje a ceia eucarística. A ceia eucarística na comunidade cristã primitiva era uma refeição completa, havia sim pão e vinho, mas também eram servidos outros alimentos. Devia repor as energias após uma jornada de trabalho (ver 1Cor 11,20-34). “A norma era que cada um levasse alguma comida para em seguida partilhá-la, mas em Corinto havia aqueles que levavam todo um banquete para si mesmos e não o compartilhavam com os pobres, que, sem dúvida levavam muito pouco (cf. 1Cor 11,33-34)”⁶ Nestas refeições em comum, chamadas *ágape*, resgatava-se a memória das palavras, da prática e da última ceia de Jesus. A memória dessas ceias ficou gravada no ritual eucarístico, onde ainda ouvimos “e após a ceia tomou o cálice em suas mãos ...”

Era exatamente nestas ceias que se realizava o que encontramos em Gl 3,28 “...não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus.” Nas casas (*oikos*) cristãs, nas igrejas domésticas, ao redor da mesa as pessoas reencontravam sua dignidade ao partilhar a comida como irmãos e irmãs, sem distinção entre senhor e escravo, rico e pobre, mulher e homem, gentio e judeu. Isto também pode ser visto em Rm 10,12; 1Cor 12,13; Cl 3,11. Inclusive o governador romano, Plínio, em uma de suas cartas menciona duas escravas que eram “ministras” na comunidade cristã⁷.

*“A igreja doméstica...fornecia o espaço para a pregação da palavra, para o culto, e também para a partilha de mesa social e eucarística. A existência de igrejas domésticas pressupõe que alguns cidadãos, até certo ponto bem de vida- que podiam oferecer o espaço e recursos econômicos para a comunidade- juntaram-se ao movimento cristão.”*⁸

Estas casas foram fundamentais. Da experiência vivenciada na eucaristia da igreja primitiva, como uma ceia comunitária, originava-se uma ética que devia invadir todas as relações das pessoas e transformar todas as outras instâncias da vida das pessoas. As comunidades reunidas em torno da mesa comum eram lugar de vivência de novas relações

⁶ *Bíblia de Estudo Almeida- Revista e atualizada*, Sociedade Bíblica do Brasil, Barueri, 2002, rodapé explicativo de 1Cor 11,21, nota r, p. 251.

⁷ Ver Néstor O. MÍGUEZ, *Cristianismos originários: Galácia, Ponto e Bitínia*, obra citada, p. 103 e 106.

⁸ Elisabeth Schüssler FIORENZA, *As origens cristãs a partir da mulher- Uma nova hermenêutica*, Edições Paulinas, São Paulo, 1992, p.210-211.



pessoais e concretamente ofereciam expectativas de uma vida com mais dignidade na sociedade. As pessoas convertidas alcançavam nas comunidades cristãs nascentes um espaço de vivência comunitária que lhes conferia dignidade pessoal e política (no sentido de vivência na *pólis*) e um grau de cidadania que dificilmente obteriam nos ambientes em que se encontravam anteriormente. Foi a experiência da ceia realizada nas igrejas domésticas que fez o cristianismo crescer como uma bola de neve a ponto de estremecer as bases do império romano.

Do mesmo modo que existência de pobres, órfãos e viúvas indicava para os profetas e profetisas do Primeiro Testamento que havia sido rompida a aliança com o Deus que libertara seu povo da escravidão do Egito (Am 4,1; 5,11-12; Is 3,14-15; Jr 5,28; 22,16), também a existência de pobres, e sendo que muitos destes estão famintos, deve ser tomada como indicador de que algo vai muito mal em nosso cristianismo. “A questão dos pobres não é apenas uma entre muitas questões, não é apenas uma parte do problema da evangelização ao lado de muitas outras. É o desafio único diante do qual todos os demais empalidecem. Ela é o critério básico que permite julgar todo o resto da evangelização; é a questão fundamental da qual todas as outras dependem. Deus julga a autenticidade da igreja pela sua maneira de tratar os pobres. Se todo o sistema da evangelização não gira ao redor dos pobres é falso e espiritualmente ineficiente, ainda que possa conferir grandes poderes humanos. Ainda que possa acumular um grande poder temporal, a igreja perde a sua razão de ser e o seu caráter, a sua missão. Torna-se uma empresa religiosa, que pode ser poderosa, mas já não tem mais nada a ver com o evangelho de Jesus Cristo.”⁹

De modo semelhante devemos nos questionar a respeito da validade das eucaristias realizadas em comunidades que não estejam-enquanto comunidades, de forma orgânica e comunitariamente- envolvidas na luta por uma sociedade mais justa, mais igualitária onde todas e todos possam viver com dignidade. O citado estudo de Marcio Pochmann, como possível solução diz: “se formos usar a via da reforma, e não da revolução, a principal experiência histórica que temos no mundo é a da social-democracia. Nesses casos construiu-se uma estrutura secundária para a equalização da renda, ou seja ampliou-se a presença do Estado com a finalidade de aumentar a tributação dos ricos e reduzir a dos pobres (a chamada tributação progressiva) e redistribuíram-se os recursos em aparatos públicos (educação, saúde, etc.), em programas de garantia

⁹ José COMBLIN, *Um novo amanhecer da Igreja?*, Editora Vozes, Petrópolis, 2ª edição, 2002, p. 11.



de rendas e aposentadorias.” Afirma-se ainda no referido artigo que não basta realizar programas voltados apenas aos pobres e miseráveis, como fazem algumas instituições locais, nacionais e internacionais, como o Banco Mundial, “mas é preciso, mais que isso, envolver os ricos em uma grande operação de distribuição de rendas¹⁰. E é aqui que o cristianismo tem em suas mãos o poder de dar uma contribuição decisiva para mudar não só as nossas cidades mas grande parte do mundo. Se todas as igrejas e comunidades cristãs mobilizassem de fato suas energias para mudar essas situações, seguramente nosso mundo seria um lugar muito melhor para viver. Só não fazemos e não mudamos o que não queremos. Ou o que por medo do conflito ou de perder determinados confortos trazidos pela acomodação, não queremos arriscar.

Mas, à luz dos evangelhos, o que temos de nos perguntar é se os rituais e cultos cristãos que se realizam em uma sociedade iníqua como a nossa, como se tal situação não tivesse nada a ver com o cristianismo, não nos condenam. Podem eles ser considerados cristãos? Guardariam alguma vinculação com a propostas de Jesus? Seriam por Ele reconhecidos com práticas feitas em seu seguimento ou como traições à sua memória? Não seria isso “comer do pão e beber do cálice do Senhor indignamente”, o que nos tornaria réus “do corpo e do sangue do Senhor”? ... “pois aquele que come e bebe sem discernir o Corpo -isso é os demais membros da comunidade, principalmente os mais necessitados- come e bebe a sua própria condenação. Eis porque há entre vós tantos débeis e enfermos, e muitos já morreram.” 1Cor 11,28-30. Creio que nessa situação seria muito salutar reler esse texto, que vem logo após as palavras da instituição da eucaristia.

Que Deus nos dê coragem para enfrentarmos não somente os desafios da miséria, da injustiça e da fome, mas também de buscarmos a evangelização que recoloca nossas igrejas no caminho da fidelidade ao evangelho de Jesus Cristo, que nos ajude a reencontrar a espiritualidade do Deus da vida.

Endereço do autor:

Servidão Lucas Vidal Cardoso, 88
Córrego Grande
88037-400 - Florianópolis - SC
luizdietrich@ig.com.br

¹⁰ Citado em *Democracia em perigo*, CEPAT Informa, número 108, de abril de 2004, p. 33 e 35. Excelente publicação informativa e formativa mensal do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores-CEPAT, de Curitiba-PR.



O autor começa expondo, com dados estatísticos, a situação do nosso Estado. Lembra que, apesar de Santa Catarina ser o 6º Estado mais rico da federação, 12% da população catarinense encontra-se em situação de indigência, não podendo garantir a própria alimentação. A seguir, explica o conceito de “Segurança Alimentar e Nutricional” (SAN) e a evolução desse conceito. Comenta, igualmente o Programa “Fome Zero”, tanto em sua dimensão nacional como em sua incidência em nosso Estado. E termina falando das “políticas estruturantes” que nascem “do novo paradigma de participação e cidadania”, que vencerão a fome e a pobreza endêmicas no Brasil e, mais localmente, aqui em Santa Catarina.

O Mapa da Fome em Santa Catarina e as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional

As parcerias entre governos e sociedade civil organizada para o combate à fome

*Círio Vandresen**

* O Autor é mestrando em agroecossistemas pela UFSC e padre da diocese de Tubarão.